

ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE AUDITORIA INFLUENCIAM O DESEMPENHO FINANCEIRO? ANÁLISE NOS BANCOS BRASILEIROS

DO CORPORATE GOVERNANCE AND AUDIT STRUCTURES INFLUENCE FINANCIAL PERFORMANCE? ANALYSIS IN BRAZILIAN BANKS

Kaio Eduardo dos Santos Silva¹, Emanuel Dourado da Silva², Virgílio Tárzis Magalhães
Sousa³, José Jonas Alves Correia⁴, Aldir Dias de Amurim⁵

Resumo: A governança corporativa surge como um conjunto de medidas que asseguram um ambiente favorável para os *Stakeholders*, por meio de um aparato de controle, garante que as companhias sejam geridas de forma responsável e eficiente. A governança corporativa é associada positivamente ao valor e ao desempenho financeiro, influenciando a captação de recursos. A auditoria é outra ferramenta que ajuda na redução de riscos para *stakeholders*, uma vez que busca garantir que as demonstrações contábeis estão sendo elaboradas de acordo com as normas estabelecidas. Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar a influência da governança corporativa e da auditoria no desempenho financeiro de empresas do setor bancário. Para atingir esse propósito, foi realizado um estudo quantitativo, por meio de regressão linear múltipla, com 19 bancos brasileiros listados na Brasil, Bolsa & Balcão [B]³. Os resultados encontrados mostram que variáveis como tamanho do conselho de administração, nível de governança corporativa, tamanho do conselho fiscal e tamanho do comitê de auditoria influenciam significativamente o desempenho financeiro dos bancos. Assim, esse estudo contribui ao analisar os impactos da governança corporativa e da auditoria em um setor importante para o desenvolvimento econômico.

Palavras-chaves: governança corporativa, auditoria, desempenho financeiro.

Abstract: Corporate governance is a set of measures that ensure a favorable environment for stakeholders through a control apparatus that ensures that companies are managed responsibly and efficiently. Corporate governance is positively associated with value and financial performance, influencing fundraising. Auditing is another tool that helps reduce risks for stakeholders, since it seeks to ensure that financial statements are prepared in accordance with

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar). E-mail: kaioedsilva02@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3301-970X>.

² Bacharel em Ciências Contábeis pela UFDPar. E-mail: douradoemanuelprofissional@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0823-5726>.

³ Bacharel em Ciências Contábeis pela UFDPar. E-mail: virgiliotarsis02@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9995-536X>.

⁴ Doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto do curso de Ciências Contábeis da UFDPar. E-mail: jonas.correia@ufdpar.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4552-7263>.

⁵ Mestre em Controladoria pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Professor substituto do curso de Ciências Contábeis da UFDPar. E-mail: profaldirdias@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2776-680X>.

Artigo recebido em 20/05/2024, revisões requeridas em 31/05/2024, aceito para publicação em 13/08/2024. Editor responsável Eivaldo do Nascimento Duda.

established standards. In this context, this study aims to analyze the influence of corporate governance and auditing on the financial performance of companies in the banking sector. To achieve this purpose, a quantitative study was conducted using multiple linear regression with 19 Brazilian banks listed on Brasil, Bolsa & Balcão [B]3. The results show that variables such as the size of the board of directors, level of corporate governance, size of the fiscal council, and size of the audit committee significantly influence the financial performance of banks. Thus, this study contributes by analyzing the impacts of corporate governance and auditing in a sector that is important for economic development.

Keywords: corporate governance, audit, financial performance.

1 INTRODUÇÃO

A governança corporativa (GC) é vista como um conjunto de mecanismos que garantem um ambiente institucional protegido para os investidores, por intermédio de uma infraestrutura de qualidade (Batistelli *et al.*, 2020). Lameira e Junior (2007) apontam que níveis mais elevados de GC impactam positivamente o valor das empresas. Nesse aspecto, os atributos da GC podem se refletir no desempenho das empresas (Catapan *et al.*, 2013).

Nessa linha, Custódio *et al.* (2006) e Ribeiro e Souza (2023) ressaltam que o estabelecimento da GC em uma empresa está ligado à cultura empresarial de divulgação de informações amplas e voluntárias. Outro paralelo que pode ser observado é a complexidade organizacional com as boas práticas de GC, de forma direta e positiva (Assunção *et al.*, 2017), desencadeando uma interpretação de que, quanto melhor for a GC de uma empresa, mais fácil e barato será a captação de recursos de potenciais credores (Senhoras *et al.*, 2006).

Em conjunto com variáveis de mercado e da informação contábil, a GC pode ser utilizada para mensurar a qualidade da auditoria de uma empresa (Braunbeck, 2010). Santos (2011) define a auditoria como a técnica contábil que examina documentos, livros, registros, faz inspeções para obter informações e confirmações internas e externas. Sant'ana (2019) conclui que a qualidade de auditoria é a dimensão que tem mais relevância para melhores práticas de GC e que essas práticas influenciam o valor de mercado das empresas.

Ademais, é relevante salutar que a GC cresceu e se tornou o foco da área de gestão das companhias ao decorrer do tempo, essa evolução acelerou-se com escândalos como das empresas Enron, Worldcom e Xerox (Silveira, 2004). Essa ascensão também pode ser vista no crescimento consistente da produção científica sobre o tema (Ribeiro & Santos, 2015). No campo da auditoria, ressalta-se a contribuição positiva de se analisar características que a influenciam (Cunha *et al.*, 2014), já que a qualidade da informação diminui a assimetria informacional (Chaney *et al.*, 2011).

Nesse contexto, Almeida *et al.* (2018) destacam que um maior índice de GC aumenta indicadores de desempenho financeiro. Em se tratando de auditoria e seus impactos nas corporações, Santos e Myszak (2019) inferiram que o comitê de auditoria influencia o desempenho das companhias. Outrossim, a implementação da governança nas organizações e a constituição de comitês de auditoria externa melhoram o processo de transparência nas firmas e os indicadores financeiros (Batistella *et al.*, 2022).

Em consonância com outros trabalhos, Sant'Ana (2019) encontra uma relação positiva entre a qualidade da auditoria, a estrutura de GC e o desempenho empresarial, porém, sua amostra não inclui empresas do setor bancário. Dessa forma, dentro desta lacuna, formula-se a seguinte questão de pesquisa para nortear o estudo: **Qual a influência das características da governança corporativa e da auditoria no desempenho financeiro dos bancos brasileiros listados na [B]³?** Nesta conjuntura, o estudo tem como objetivo analisar a influência das características da governança corporativa e da auditoria no desempenho financeiro dos bancos brasileiros listados na [B]³.

Para atingir esse objetivo, pautou-se em variáveis de GC e auditoria analisadas em trabalhos anteriores, analisar os formulários de referência, os relatórios de auditoria e os pareceres de auditoria de bancos brasileiros, coletar os indicadores financeiros das empresas da amostra e, por fim, explorar a influência da GC e da auditoria no desempenho dos bancos por meio de regressão múltipla com dados em painel.

Como contribuição, o presente estudo complementa a lacuna teórica de pesquisa, colabora com a progressão do conhecimento e incentiva futuras pesquisas que aprimorem os estudos existentes. Ademais, os resultados do trabalho contribuem com agentes do mercado financeiro, os quais têm interesse nos resultados das empresas que investem seus recursos (Chiappin, 2016). Em termos sociais, o estudo contribui ao analisar o impacto de boas práticas de GC, que promovem o desenvolvimento sustentável, no desempenho das empresas. Assim, incentivando a adoção dessas práticas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desempenho Financeiro

Segundo Flach *et al.* (2017), os índices financeiros podem ser considerados uma das mais notáveis formas de avaliação de desempenho das entidades. Além disso, eles permitem comparar empresas do mesmo segmento, bem como analisar os resultados de determinado setor e evidenciar tendências (Borges *et al.*, 2014; Sabadin, 2006). Portanto, ao identificá-los, é possível mensurar o resultado organizacional e, conseqüentemente, tornar o processo de tomada de decisão mais correto e direcionado para o alcance dos objetivos empresariais (Pereira *et al.*, 2017).

Os índices de desempenho financeiro mostram a situação da empresa e estão relacionados com os resultados, geralmente representados pelos índices de rentabilidade (Sousa, 2022). Segundo Foster (1986), os indicadores se traduzem como uma forma de representar e analisar as demonstrações financeiras de uma organização. Outrossim, decidir quais índices utilizar envolve uma seleção de alternativas entre várias, cuja escolha depende do grau de racionalidade e objetividade do tomador de decisão (Lyra, 2008).

De acordo com Padoveze e Benedicto (2010), a análise da rentabilidade objetiva calcular a taxa de retorno dos investimentos realizados na companhia e entender os fatores que acarretaram tal rentabilidade. Para Matarazzo (2003), o indicador retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) constata se a organização possui rentabilidade superior ou inferior às alternativas disponíveis, por meio da comparação entre a taxa de rendimento do capital próprio e a de rendimentos

alternativos no mercado. O retorno sobre o ativo (ROA), outro indicador, é um dos principais coeficientes individuais da análise de indicadores (Fernandes *et al.*, 2010) e representa o valor de retorno sobre o capital que foi aplicado inicialmente pela empresa (Wernke, 2008).

Para análise do setor bancário, o índice Basileia tem a intenção de manter o capital dos bancos em um nível adequado (Sbârcea, 2014). Esse índice foi introduzido pelo acordo de Basileia I e é um indicador financeiro que mede a relação entre o Patrimônio de Referência de uma instituição e os seus ativos ponderados pelo risco (Banco Central do Brasil [BACEN], 2013). Segundo Bateni *et al.* (2014), esse índice promove estabilidade e segurança para o sistema financeiro. Conforme o comitê de Basileia (2019), recomenda-se um indicador de no mínimo 8%.

Logo, embora se reconheça a possibilidade da utilização de diversos índices, não existe na literatura um consenso sobre os mais assertivos (Teixeira & Amaro, 2013). Nesse sentido, Nicoleta-Cornelia *et al.* (2012) salientam que o objetivo mais importante de tal análise é conceder aos seus usuários uma melhor compreensão da realidade da companhia, tendo como intuito o subsídio de decisões posteriores.

2.2 Governança Corporativa

A governança corporativa (GC) indica práticas e procedimentos a serem implementados pelas empresas, a fim de que os interesses dos *stakeholders* sejam atendidos (Rashid, 2018). De forma mais detalhada, a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OCDE) define a GC como o relacionamento entre investidores, executivos, conselheiros e outros *stakeholders*, uma estrutura na qual os objetivos são definidos e o desempenho é monitorado (Noga *et al.*, 2021). Silva *et al.* (2015) afirmam que apesar da existência de diversos conceitos, todos enxergam na GC um instrumento de proteção, atenuando o conflito de interesses e a assimetria informacional.

Segundo Cândido (2019), a disseminação da boa GC no mundo aconteceu nos meados dos anos 1990, com o início do movimento primordialmente nos Estados Unidos. No Brasil, em 1995, foi criado Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) com o intuito de aprimorar os padrões de GC no país. Ademais, em 1999 foi lançada a primeira versão do Código de Práticas de GC do IBGC voltada essencialmente para os conselhos das empresas (Silva *et al.*, 2015). Ao longo do tempo, o código passou a ser constituído por seis partes: propriedade, conselho de administração, gestão, auditoria independente, conselho fiscal, conduta e conflito de interesses (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC], 2009).

Rossetti e Andrade (2007) destacam que um bom sistema de GC auxilia as organizações em suas competências e desenvolve estratégias que criam valores corporativos, melhorando os resultados. Dessa forma, as boas práticas de GC estão vinculadas com melhores decisões tomadas e que estejam em concordância com diferentes interesses da sociedade como um todo (Matias-Pereira, 2010). Portanto, a GC estabelece papel importante no processo de gestão, uma vez que suas práticas apresentam transparência nas decisões apresentadas para o público em geral (Souza *et al.*, 2020).

Para Silva *et al.* (2018), as principais práticas de GC podem ser observadas ao analisar a composição do conselho de administração, a estrutura de propriedade e controle, as políticas de proteção e os mecanismos de compensação aos gestores. Conforme o IBGC (2015), a política de transparência das empresas é uma prática necessária que reduz o conflito de interesses; assim, fomentando a consolidação de uma boa GC. Ademais, Sant'ana (2019) demonstra que a qualidade da auditoria é um dos componentes da política de GC que as empresas adotam.

Para avaliar a GC das empresas, a [B]³ criou os níveis diferenciados de GC, que estão divididos em: Nível 1 (N1), Nível 2 (N2) e Novo Mercado (NM) (Silva *et al.*, 2016). Segundo Silva *et al.* (2011), cada nível possui exigências que podem ser consideradas como boas práticas de GC e quanto maior o número de regras seguidas, melhor o nível da empresa. Para Duarte (2008), tais segmentos tiveram como propósito estabelecer um espaço de negociação que estimulasse as intenções dos investidores, por meio da disponibilização de informações com maior padrão de qualidade.

Sobre a influência da estrutura de GC no resultado das empresas, Silveira (2002) ressalta que quando os cargos de diretor executivo e presidência do conselho são ocupados por pessoas diferentes, o desempenho é impactado positivamente. Ademais, Ferreira (2012) demonstra que a mesma pessoa ocupando as funções de diretor executivo e presidente do conselho afeta negativamente a eficiência da empresa. Assim, formula-se a hipótese de que:

H1: Existe uma relação negativa e significativa entre a dualidade das funções do CEO e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

O conselho de administração possui a função de evitar problemas que podem surgir devido a mudanças na propriedade e no controle (Leal & Oliveira, 2002). Sua estrutura afeta a performance da companhia (Sant'ana, 2019). Assim, Andrade *et al.* (2009) mostram que quanto maior número de conselheiros melhor o desempenho financeiro. De forma divergente, Ujunwa (2012) evidenciam resultados que implicam em influência negativa do tamanho do conselho de administração na performance financeira.

Em decorrência de incongruências de resultados sobre a influência do tamanho do conselho de administração no desempenho financeiro, apresenta-se como hipótese somente a relação significativa entre estes fenômenos, não destacando sinais positivos ou negativos esperados, uma vez que esta relação ainda se encontra divergente. Dessa maneira, elenca-se a hipótese da pesquisa:

H2: Existe uma relação significativa entre o tamanho do conselho de administração e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

A independência do conselho de administração é um dos principais mecanismos para a redução do conflito de interesses entre acionistas e gestores (Silveira, 2004). Dessa forma, o nível de independência afeta diretamente a atuação do conselho. Em relação ao impacto nos resultados financeiros, pesquisas anteriores (Hermalin & Michael, 2003; Gaur *et al.*, 2015) encontram que a composição do conselho não afeta os resultados. Porém, outros achados (Dani *et al.*, 2017; Whaba, 2015) inferem uma relação negativa e significativa entre independência dos conselheiros e desempenho. Nesse contexto, desenvolvem-se a seguinte hipótese:

H3: Existe uma relação negativa e significativa entre a independência do conselho e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

Em relação aos níveis de governança corporativa, Almeida *et al.* (2018) apontam resultados inferindo que o nível de GC de uma empresa influencia variáveis de desempenho como o ROA. No entanto, Tavares e Penedo (2018) inferem que empresas que pertencem a níveis maiores de GC não apresentam desempenho superiores às que não se enquadram a esses níveis. Dessa forma, surge a hipótese de que:

H4: Não há relação significativa entre o nível de governança corporativa e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

O conselho fiscal auxilia na regulação dos controles internos, do planejamento estratégico e do orçamento (Lamb, 2002). Assim, esse órgão tem papel fundamental para assegurar a transparência dos resultados (IBGC, 2015). Peleias *et al.* (2009) afirmam que o conselho fiscal não intervém nos negócios das empresas, tampouco em assuntos estratégicos, assim, não influenciando a performance empresarial. Todavia, Toigo *et al.* (2018) ressaltam que o aumento do conselho fiscal é benéfico à GC, melhorando o desempenho empresarial. Nesse contexto, percebe-se que o aumento da quantidade de membros que compõem o conselho pode não influenciar, outrora influenciar positivamente, sugerindo a construção de uma hipótese neutra para estudo, apontando que:

H5: Existe uma relação significativa entre o tamanho do conselho de fiscal e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

Sobre a diversidade de gênero no conselho de administração, Silva e Martins (2017) encontram que as empresas com maior participação feminina no conselho de administração apresentam aumento do desempenho financeiro. Entretanto, estudos (Akpan & Amran, 2014; Darmadi, 2011) constataam que o desempenho tem associações negativas e significativas com a diversidade de gênero no conselho. Por conseguinte, formula-se a hipótese:

H6: Existe uma relação significativa entre a diversidade de gênero no conselho de administração e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

2.3 Auditoria

A auditoria pode ser definida como a verificação de procedimentos, operações, transações e documentos das empresas com o intuito de descobrir a veracidade dos registros contábeis (Gomes *et al.*, 2009). Coelho e Ribeiro (2013) consideram que o objetivo da auditoria é o aumento de confiança dos usuários em relação às informações divulgadas pela entidade. O auditor contábil é o responsável por alcançar esse objetivo e, ao dar o seu parecer, consegue moldar a qualidade dos demonstrativos (Instituto de Auditoria Independente do Brasil [IBRACON], 1998).

A classificação da auditoria não é considerada algo unânime entre os estudiosos considerando sua vasta quantidade de tipificações (Araújo *et al.*, 2017). Contudo, diversos autores (Attie, 1992; Jund, 2007; Sammour & Cintra, 2019) categorizam a auditoria em interna e externa, ressaltando a importância de suas atividades para o efetivo empenho da entidade. Almeida (2012) chama a atenção para a similaridade entre os processos utilizados pelos dois tipos,

porém, afirma que existem diferenças tanto em sua função como na do auditor específico de cada uma.

A auditoria interna é uma atividade de avaliação das operações contábeis internas e de assessoramento realizada pela própria administração da empresa (Diniz Filho & Oliveira, 1981; Ribeiro, 2016). De acordo com Almeida (2003), a presença da auditoria interna melhora a eficiência dos processos e operações, assim, auxiliando a empresa a atingir as metas organizacionais. Entretanto, Rosário (2010) salientam que a comunicação de eventuais limitações e a extensão das responsabilidades dos auditores devem ser praticadas para evitar futuros riscos à organização.

Por sua vez, a auditoria externa remonta ao fato de que o auditor responsável pela verificação dos documentos não apresenta vínculo com a entidade a qual presta seu serviço (Crepaldi, 2000). Para Castelli (2002), a finalidade da auditoria externa é expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da empresa auditada em relação ao cumprimento das normas impostas pelas instituições reguladoras. A responsabilidade incumbida ao auditor independente é respaldada na capacidade dele de entender a atividade que a empresa auditada exerce mercado (Cavalcanti, 2007).

A partir do relatório de auditoria externa, os *stakeholders* buscam segurança em relação as informações contábeis, assim, depositando no trabalho de auditoria a confiança sobre os resultados apresentados pelas organizações (Longo, 2011). Dessa forma, por meio do relatório, o auditor melhora a transparência das empresas, auxiliando na tomada de decisão de investidores (Carreira *et al.*, 2012). Portanto, o relatório do auditor se converte em um canal de transmissão de informação confiável, atenuando a assimetria informacional (Melumad & Thomas, 1990).

Quanto as características, a NBC TA 700 determina que o relatório deve ser composto de itens como responsabilidade da administração, responsabilidade do auditor, opinião do auditor, principais assuntos de auditoria, parágrafos de ênfase. De acordo com o desenvolvimento do trabalho, o auditor emite o parecer, esse podendo ser sem ressalva, com ressalva, adverso ou com abstenção de opinião (Santos *et al.*, 2018). A elaboração do Parecer é o objetivo final do auditor ao executar todo o trabalho de auditoria (Santos & Pereira, 2004).

Conforme a norma de auditoria independente, NBC TA 200 (2010), o parecer sem ressalva mostra que as demonstrações foram elaboradas de acordo com as políticas adotadas. Já o parecer com ressalva ocorre quando se obtém evidência de que as distorções encontradas nas demonstrações são relevantes, mas não generalizadas (NBC TA 700, 2016). O parecer adverso evidencia que as demonstrações não estão adequadamente apresentadas (Lins, 2014). Por fim, o parecer com abstenção de opinião ocorre quando o auditor não tem evidências suficientes que o permita opinar sobre as demonstrações da empresa auditada (Almeida, 2012).

O comitê de auditoria é responsável por assegurar a integridade e a tempestividade das informações financeiras, bem como os interesses de acionistas e outros *stakeholders* (IBGC, 2010). Bouaziz (2014) identifica que o seu tamanho tem impacto significativo em variáveis de desempenho como ROE e ROA. Outrossim, Diniz Filho e Souza (2018) encontraram que o

tamanho do comitê impacta positivamente os resultados de empresas do setor financeiro. Assim, elenca-se a seguinte hipótese:

H7: Existe uma relação positiva e significativa entre o tamanho do comitê de auditoria e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

Sobre o impacto dos tipos de pareceres de auditoria nas performances, Arruda *et al.* (2012) não encontram uma relação significativa entre o tipo de parecer, sem ressalva ou não, e a performance das empresas. Além disso, Batista *et al.* (2010) identificam que a divulgação do tipo de parecer de auditoria não afeta indicadores financeiros de empresas de capital aberto. Portanto, desenvolve-se a seguinte hipótese:

H8: Não existe uma relação significativa entre o tipo de parecer de auditoria e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

O *delay* de auditoria refere-se ao fechamento do exercício social e a data de entrega do parecer do auditor externo (Pereira & Costa, 2012). Sobre o impacto na performance, há uma relação positiva entre o *delay* de auditoria e o desempenho das empresas, decorrente do fato que gestores podem segurar a informação por mais tempo para evitar flutuações no mercado (Yagui & Nardi, 2021). Ademais, empresas com desempenho superior têm maiores volumes de negócios, assim, elevando o *delay* de auditoria (Teixeira *et al.*, 2017). Dessa forma, é elaborada a seguinte hipótese:

H9: Existe uma relação positiva e significativa entre o *delay* de auditoria e o desempenho financeiro dos bancos brasileiros.

3 METODOLOGIA

A pesquisa é exploratória, pois procura conhecer as características de um fenômeno e explicar as causas e consequências desse fenômeno (Richardson, 1989). Tratando-se da abordagem, consiste em uma pesquisa quantitativa, pois caracteriza-se pelo emprego da quantificação de variáveis para compreender a existência de fenômenos (Richardson, 1989).

A população foi formada por empresas listadas na [B]³ que fazem parte do setor bancário, ou seja, 28 empresas. A amostra, disponível no Tabela 1, se caracteriza como não-probabilística por conveniência e foi composta pelos bancos que abriram capital antes de 2017 e que divulgaram informações sobre GC e auditoria durante todo o período analisado. Ademais, foram retiradas da amostra as *holdings*. Assim, foram analisadas as estruturas de 19 bancos, ou seja, 68% da população.

Tabela 1*Empresas que compõem a amostra*

AMOSTRA DA PESQUISA			
1	Banco Alfa	11	Banco BMG
2	Banco Bradesco	12	Banco da Amazonia
3	Banco de Brasília	13	Banco do Brasil
4	Banco do Nordeste	14	Banco Mercantil do Brasil
5	Banco Mercantil de Investimentos	15	Banco PAN
6	Banese	16	Banco Santander
7	Banco Pine	17	Paraná Banco
8	Banestes	18	BTG Pactual
9	Banrisul	19	Banco ABC Brasil
10	Itaú Unibanco		

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Para cumprir a segunda etapa, trabalhos anteriores (Wild, 1996; Batista *et al.*, 2010; Correia *et al.*, 2014; Carmona *et al.*, 2016; Dani *et al.*, 2017; Ciavattini *et al.*, 2020; Batistella *et al.*, 2022), ao analisarem o impacto da GC e da auditoria nas companhias, encontraram características que podem ser observadas para uma melhor compreensão das estruturas adotadas pelas empresas. As características de GC estão disponíveis no Tabela 2.

Tabela 2*Características de Governança Corporativa*

CARACTERÍSTICA	ANÁLISE	FONTES
Dualidade de funções do CEO (DCEO)	Dummy: “1” caso o diretor presidente também ocupe a cadeira de presidente do conselho e, caso contrário, “0”.	(Correia, Amaral & Louvet, 2014)
Tamanho do conselho de administração (CADM)	Número total de membros efetivos do conselho de Administração presidente do conselho considerado membro efetivo.	(Dani et al., 2017)
Independência do Conselho (IDEC)	Razão dos membros do conselho não executivo em relação ao número total de membros efetivos do conselho.	(Correia, Amaral & Louvet, 2014)
Nível de Governança Corporativa (NGC)	Verificar em qual nível de GC da B3 a empresa se encontra. Dummy: “1” caso esteja no nível 1; e, caso contrário, “0”.	(BATISTELLA; KRUGER; MOURA, 2022)
Tamanho do conselho fiscal (CFIS)	Número total de membros efetivos do conselho de Fiscal.	(BATISTELLA; KRUGER; MOURA, 2022)
Diversidade de Gênero (DIGE)	Proporção de membros efetivos do conselho de administração que são mulheres.	(Carmona, Fuentes & Ruiz, 2016)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os dados de cada empresa referentes as características da Tabela 2 foram coletadas em setembro de 2023, por meio dos formulários de referência disponíveis no *site* Sistemas CVM. As características de auditoria estão disponibilizadas na Tabela 3.

RIC - Revista de Informação Contábil - ISSN 1982-3967	v.18	e-024004	1-24	2024
---	------	----------	------	------

Tabela 3*Características de auditoria*

CARACTERÍSTICA	ANÁLISE	FONTES
Tamanho do comitê de auditoria interna (CAUD)	Número total de membros no comitê de auditoria interna.	(Wild, 1996)
Tipo de parecer de auditoria (TPAR)	Verificar a presença de pareceres com ressalva e sem ressalva no relatório de auditoria. Dummy : “1” caso seja parecer sem ressalva; e, caso contrário, “0”.	(Batista et al., 2010;)
Delay de auditoria (em dias) (DAUD)	Tempo entre o fim do período contábil e a divulgação do relatório de auditoria.	(Ciavattini et al., 2020)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

As características da Tabela 3 foram coletadas em setembro de 2023, por meio dos formulários de referências disponíveis no *site* Sistemas CVM e pelos relatórios e pareceres de auditoria disponibilizados pelas empresas no *site* da [B]³.

3.1 Procedimentos de Análise dos Dados

Inicialmente, realizou-se o tratamento dos dados com intuito de deixá-los consistentes para a etapa da análise. Os dados finais observados foram administrados de 19 empresas, distribuídos em 6 unidades de corte transversal, totalizando 141 observações por variável em painel balanceado, com existência da mesma quantidade de dados observáveis para todas as variáveis. O empilhamento dos dados possibilitou entender o comportamento das variáveis diante do seu corte temporal (Pindyck & Rubinfeld, 2004), compreendido entre os anos 2017 a 2022.

Desse modo, alinhado ao objetivo de verificar como as características da governança corporativa e da auditoria influenciam no desempenho financeiro dos bancos brasileiros listados na [B]³, estimou-se um modelo econométrico, como apontado na Equação 1:

$$DFin_{it} = \beta_0 - \beta_1 DCEO_{it} + \beta_2 CADM_{it} + \beta_3 IDEC_{it} + \beta_4 NGC_{it} + \beta_5 CFIS_{it} + \beta_6 DIGE_{it} + \beta_7 CAUD_{it} + \beta_8 TPAR_{it} + \beta_9 DAUD_{it} + \mu_{it}$$

Onde:

 $DFin_{it}$ = desempenho financeiro da empresa *i* no ano *t*;*i* = empresa (banco) analisada;*t* = ano dos dados; β_0 = constante do modelo de regressão; μ_{it} = erro estocástico do modelo;

β_1 a β_9 = são os coeficientes angulares das variáveis independentes (variáveis preditoras) do modelo de regressão

DCEO é a dualidade de funções do CEO; CADM é o tamanho do conselho de administração; IDEC é a independência do conselho; NGC é o nível de governança corporativa; CFIS é o tamanho do conselho fiscal; DIGE é a diversidade de gênero; CAUD é o tamanho do comitê de auditoria interna; TPAR é o tipo de parecer de auditoria; e DAUD é o *delay* de auditoria (em dias).

Para analisar o modelo acima descrito, utilizou-se da regressão linear múltipla. Conforme Gujarati e Porter (2011), a análise de regressão múltipla é um conjunto complexo de técnicas estatísticas utilizadas objetivando modelar relações entre variáveis e predizer o valor de uma ou mais variáveis dependentes (preditoras) a partir de um conjunto de variáveis independentes. Adotou-se nesta investigação como estimar da regressão, o mais conhecido na visão de Malbouisson e Tiryki (2017), que é o estimador de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

De acordo com Gujarati e Porter (2011), para que sejam aceitas as funcionalidades do modelo proposto na regressão múltipla a ser analisado, é preciso que alguns pressupostos sejam observados e atendidos, tais como; a normalidade dos resíduos, que foi verificada por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov (KS); a multicolinearidade, examinada pelo teste de *Variance Inflation Factor* (VIF); e a independência dos resíduos, observada pelo teste de Durbin-Watson. A análise dos dados contou com auxílio da ferramenta Excel do pacote da Microsoft, e ainda, com o software IBM SPSS *Statistics* versão 25.0.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva

Nesta seção apresenta-se as estatísticas descritivas da variável dependente (desempenho financeiro) e das variáveis independentes (tamanho do conselho de administração, independência do conselho, tamanho do conselho fiscal, diversidade de gênero, tamanho do comitê de auditoria interna e *delay* de auditoria) de 19 bancos listados na bolsa de valores brasileira, durante o período de seis anos (2017 a 2022).

Tabela 4

Estatística descritiva das variáveis (n=114)

Estatística Descritiva				
Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
DFin	11,110	25,370	15,713	2,764
CADM	3	16	7,910	2,588
IDEC	0,000	0,625	0,222	0,191
CFIS	0	10	3,690	2,461
DIGE	0,000	0,625	0,109	0,136
CAUD	0	7	3,320	1,185
DAUD	30	291	71,74	46,028

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Analisando-se a Tabela 4, é possível visualizar que a variável com maior discrepância entre seu valor mínimo e máximo é a DAUD (*delay* de auditoria). Tal fato pode ter sido consequência de fatores, tais como, a mudança de políticas contábeis por parte das companhias e a falta de contingente no comitê destinado a auditoria. Nota-se também, no tocante a variável CFIS (tamanho do conselho fiscal), houve casos em que sua composição estava zerada, o que sinaliza que alguns bancos consideraram desnecessário o seu funcionamento, optando assim por desativá-lo, visto que, a existência de um conselho fiscal é considerada obrigatória em uma sociedade anônima, porém seu funcionamento é facultativo.

Os valores mínimo e máximo relacionados aos integrantes da variável independente CADM (tamanho do conselho de administração), devem-se ao fato de que, em períodos isolados, os conselhos passaram por uma reformulação, o que levou a uma variação discrepante da quantidade de membros do conselho. Por isso, a maioria dos dados analisados da variável CADM estão mais próximos da média ao invés dos valores extremos (mínimo/máximo). Em relação ao DIGE (diversidade de gênero), nota-se (como demonstra a média) que, em boa parte das situações, existe uma proporção baixa de mulheres compondo o conselho de administração, tal situação pode ter sido causada por questões sociais, visto que, na sociedade em geral, há pouca representatividade feminina em posições de maior relevância nas empresas.

A variável IDEC (independência do conselho de administração) segue quase que o mesmo padrão da variável DIGE, uma vez que existe uma obrigatoriedade por lei de no mínimo 25% do conselho ser composto por membros independentes, a maioria dos bancos analisados buscam manter essa quantidade para não correrem o risco de serem autuados pelos órgãos competentes, como é perceptível pela média encontrada. A média encontrada para a variável CAUD (tamanho do comitê de auditoria interna) simboliza que os bancos optam por comitês mais restritos com menos participantes, ou apenas com o necessário para sua existência.

4.2 Análise da Regressão Múltipla

Nesta seção apresenta-se a estimação da regressão linear múltipla, considerando o período de 2017 a 2022, de forma a avaliar o efeito das características da governança corporativa e de auditoria no desempenho financeiro dos 19 bancos brasileiros analisados nesta pesquisa. Consonante com o que advogam Gujarati e Porter (2011), antes de apresentar os resultados da regressão é crucial reportar se foi verificado o atendimento dos pressupostos estabelecidos para a análise. O primeiro pressuposto analisado foi o de normalidade, o qual foi avaliado por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov ($KS = 0,061$ e $p\text{-valor} = 0,200$), tendo como resultado uma normalidade dos dados, pois o $p\text{-valor} > 0,05$ (Field, 2009).

Outro pressuposto analisado foi o da multicolinearidade, testada por meio do *Variance Inflation Factor* (VIF) ou fator de inflação da variância, que objetiva garantir que não há multicolinearidade entre as variáveis independentes, pois a existência de multicolinearidade afeta o relacionamento entre as variáveis, fazendo com que os valores sejam inflados e distorcidos dentro da regressão (Kothari, 2015). Os resultados do teste VIF foram reportados na Tabela 5 e atendidos conforme literatura, que preconiza valor de VIF inferior a 10.

Por fim, analisou-se o pressuposto da independência dos resíduos (aleatoriedade) para observar se há autocorrelação entre os resíduos das variáveis (Field, 2009). Nesta análise adotou o teste de Durbin-Watson (DW), atestando que os resíduos adjacentes não são correlacionados. Conforme o teste, verificou-se ausência de autocorrelação dos resíduos, pois o valor encontrado ($DW = 0,812$) é inferior a 2, conforme preconiza Field (2009). Após análise dos pressupostos verificados para atestar a funcionalidade do modelo, o passo seguinte foi realizar a análise inferencial da regressão, apontado na Tabela 5.

Tabela 5

Resultados da regressão

Variável Preditora	Coefficientes Padronizados (Beta)	Estatística <i>t</i>	<i>p</i> -valor	Estatísticas de Colinearidade (VIF)
(Constante)	----	10,122	0,000***	
DCEO	0,062	0,683	0,496	1,074
CADM	-0,278	-2,288	0,024**	1,912
IDEC	-0,068	-0,687	0,494	1,259
NGC	0,240	2,394	0,018**	1,297
CFIS	-0,203	-1,896	0,061*	1,488
DIGE	-0,103	-1,094	0,276	1,155
CAUD	0,254	2,354	0,020**	1,507
TPAR	0,122	1,268	0,208	1,202
DAUD	0,007	0,073	0,942	1,228

Estatística F = 2,850 ([9, 104], *p*-valor < 0,05)R² = 0,198R² Ajustado = 0,128

Nº de observações = 114

Nível de significância: ***1%; **5%; *10%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme a Tabela 5, os *resultados* obtidos mostram que as variáveis DCEO, IDEC, DIGE e DAUD não apresentam influência significativa sobre o desempenho financeiro; pois, apresentam um *p*-valor acima dos níveis de significância. Assim, os resultados divergem dos achados de (Silveira, 2002; Silva & Martins 2015; Dani *et al.*, 2017; Teixeira *et al.*, 2017), os quais encontraram uma relação significativa entre essas variáveis e o desempenho. Então, são rejeitadas as hipóteses H1, H3, H6 e H9. Quanto a variável TPAR, o resultado encontrado vai no mesmo sentido que outros trabalhos (Batista *et al.*, 2010; Arruda *et al.*, 2012) que encontraram uma não significativa influência dos tipos de pareceres de auditoria no desempenho financeiro. Portanto, confirma-se a hipótese H8.

Observando o coeficiente padronizado (Beta) de -0,278 e o *p*-valor de 0,024, A variável CADM apresentou uma significativa e negativa influência sobre o desempenho dos bancos, esse resultado é similar ao encontrado por Ujunwa (2012), o qual implica em influência negativa do tamanho do conselho de administração na performance financeira. Porém, diverge dos achados de Andrade *et al.* (2009) que encontra uma relação significativa e positiva. Nesse contexto, a hipótese H2 é aceita.

A variável NGC apresentou um coeficiente padronizado (Beta) de 0,240 e *p*-valor de 0,018. Portanto, conclui-se uma influência positiva e significativa sobre o desempenho, esse resultado é semelhante ao encontrado por Almeida *et al.* (2018). Dessa forma, a hipótese H4 é confirmada. A CFIS é outra que apresentou influência significativa, a relação é negativa e diverge dos achados de Toigo *et al.* (2018) que também infere uma associação significativa, porém, positiva entre o tamanho do conselho fiscal e o desempenho. Assim, é confirmada a hipótese H5.

Sobre auditoria, a CAUD apresentou um coeficiente padronizado (Beta) de 0,254 e p -valor de 0,020. Portanto, foi a única variável analisada que apresentou uma relação significativa e positiva com o desempenho. Esse resultado encontrado é similar a outros estudos (Bouaziz *et al.*, 2018). Portanto, a hipótese H7 é confirmada. No geral, o R^2 Ajustado foi de 0,128; o que implica que o modelo explica 12,8% do desempenho financeiro. Dessa forma, o estudo encontra que, ao todo, a GC e auditoria explicam parte do desempenho dos bancos brasileiros, conforme os dados e corte temporal analisado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi analisar a influência das características da governança corporativa e da auditoria no desempenho financeiro de 19 bancos brasileiros listados na [B]³, entre 2017 e 2022. De acordo com os resultados encontrados, observou-se uma pequena influência da GC e da auditoria no desempenho financeiro de bancos. Apesar disso, algumas características como tamanho do conselho de administração, nível de GC, tamanho do conselho fiscal e tamanho do comitê de auditoria apresentaram resultados significativos e influenciam a variável desempenho financeiro.

Os resultados implicam uma relação positiva entre a existência e tamanho do comitê de auditoria a performance empresarial. Tal relação justifica-se, visto que, esse existe para garantir a qualidade das informações divulgadas aos *stakeholders* (Butler & Ribstein, 2006), mitigando a possibilidade de fraudes e mal uso dos recursos (Marcos, 2018). Ademais, os resultados mostram que quanto maior o nível de GC as empresas obtêm melhor elas desempenham financeiramente. Portanto, a implementação do comitê de auditoria e uma maior adoção de práticas de GC são ferramentas a serem analisadas na busca da maximização do desempenho financeiro.

Como limitação de pesquisa, os resultados encontrados mostram as influências da GC e da auditoria no desempenho de uma amostra do setor bancário brasileiro; assim, não é possível a generalização dos resultados para outros segmentos econômicos. Assim, sugere-se que essa relação seja analisada em outros setores da economia. Ademais, sugere-se também que novas pesquisas incluam novas variáveis a serem analisadas.

REFERÊNCIAS

- Adhikary, B. K., Koji, K., & Tram, Le. (2020). Corporate Governance and Firm Performance: A Comparative Analysis between Listed Family and Non-Family Firms in Japan. *Risk and Financial Management*, 13(9), 215-235. <https://doi.org/10.3390/jrfm13090215>
- Akerlof, G. A. (1970). The market for lemons: quality uncertainty and the market mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, 84(3), 488-500. <https://doi.org/10.2307/1879431>
- Akpan, E. O., & Amran, N. A. (2014). Board characteristics and company performance: Evidence from Nigeria. *Journal of Finance and Accounting*, 2(3), <https://doi.org/81-89.10.11648/j.jfa.20140203.17>
- Al-Baidhani, A. M. (2014). Review of corporate governance bundle. *Corporate Ownership & Control*, 11(4), 236-241. <https://doi.org/10.22495/cocv11i4c2p1>
- Albuquerque Filho, A. R., Freire, M. M. A., de Aquino Cabral, A. C., & dos Santos, S. M. (2019). Influência da Governança Corporativa e da Intangibilidade no desempenho das

- maiores empresas brasileiras. *Revista de Administração FACES Journal*, 18(4), 25-43. <https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES0V0N0ART6763>
- Almeida, F. T. de, Parente, P. H. N., De Luca, M. M. M., & de Vasconcelos, A. C. (2018). Governança corporativa e desempenho empresarial: uma análise nas empresas brasileiras de construção e engenharia. *Gestão & Regionalidade*, 34(100), 110-126. <https://doi.org/10.13037/gr.vol34n100.3594>
- Almeida, M. C. (2003). *Auditoria: um curso moderno e completo*. (6. ed.) São Paulo: Atlas.
- Almeida, N. S. de. (2012). *Pronunciamentos contábeis brasileiros: evidências do entendimento dos auditores independentes do Brasil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia. <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2012.120>
- Andrade, A., & Rossetti, J. P. (2004). *Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências*. São Paulo: Atlas.
- Andrade, L. P., Salazar, G. T., Calegário, C. L. L., & Silva, S. S. (2009). Governança corporativa: uma análise da relação do conselho de administração com o valor de mercado e desempenho das empresas brasileiras. *RAM-Revista de Administração Mackenzie*, 10(4), 4-31. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712009000400002>
- Arruda, D. G., Barretto, P. H. T., & Araújo, I. D. P. S. (2017). *Auditoria Contábil*. São Paulo: Saraiva.
- Arruda, M. P. de, de Sousa, R. A. M., Pena, T. J. S., de Melo, I. I. S. L., & Paulo, E. (2012). Repercussão do anúncio dos pareceres de auditoria no preço das ações das companhias abertas brasileiras. *Revista da Faculdade de Administração e Economia*, 4(1), 230-250. <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ReFAE/article/view/3384/3176>
- Assunção, R. R., Luca, M. M. M. D., & Vasconcelos, A. C. D. (2017). Complexidade e governança corporativa: uma análise das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28, 213-228. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201702660>
- Attie, W. (2012). *Auditoria Interna*. (2. ed) São Paulo: Atlas.
- Banco Central do Brasil. (2013a). *Resolução CMN n. 4.192*. Brasília, DF: BACEN.
- Basel Committee On Banking Supervision. (2019). *Basel III Monitoring Report*. Basileia, Suíça: Bank for International Settlements. <https://www.bis.org/bcbs/publ/d477.pdf>
- Bateni, L., Vakilifard, H., & Asghari, F. (2014). The influential factors on capital adequacy ratio in Iranian banks. *International Journal of Economics and Finance*, 6(11), 108-116. <https://doi.org/10.5539/ijef.v6n11p108>
- Batista, C. G., Pereira, A. C., Silva, A. F. D., & Imoniana, J. O. (2010). Impacto dos pareceres de auditoria na variação do retorno das ações preferenciais das empresas listadas na BOVESPA. In *Anais Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil (Vol. 10). <http://tede.fecap.br:8080/handle/tede/423>
- Batistella, A. J., Kruger, S. D., & de Moura, G. D. (2022). Influência da governança corporativa e da auditoria no desempenho de companhias abertas. *Race: revista de administração, contabilidade e economia*, 21(1), 77-100. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8436081>
- Batistelli, C., Groto, E., Einsweiler, A. C. & Piccoli, M. R. (2020, de 29 a 31 de julho). Influência Da Governança Corporativa No Desempenho Das Empresas Listadas No Índice IBRX100. *Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade*. São Paulo, Brasil.

- <https://congressosp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/1960.pdf>
- Bianchi, M., da Silva, C. V., Gelatti, R., & da Rocha, J. M. L. (2009). A evolução e o perfil da governança corporativa no Brasil: um levantamento da produção científica do Enanpad entre 1999 e 2008. *ConTexto-Contabilidade em Texto*, 9(15). <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11329>
- Borges, R. C., Benedicto, G. C. de, & Carvalho, F. de M. (2015). utilização da análise fatorial para identificação dos principais indicadores de avaliação de desempenho econômico-financeiro em cooperativas de crédito rural de minas gerais. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 16(4). <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/892>
- Borges, W. G. (2016). *Características do comitê de auditoria e o desempenho econômico de companhias brasileiras de capital aberto*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia] Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/12626>
- Bouaziz, Z. (2012). The impact of the presence of audit committees on the financial performance of Tunisian companies. *International Journal of Management and Business Studies*, 2(4), 57–64. <https://www.ijmbs.com/24/zied.pdf>
- Bowman, E. H., & Helfat, C. E. (2001). Does Corporate Strategy Matter? *Strategic Management Journal*, 22(1), 1–23. <http://www.jstor.org/stable/3094251>
- Boynton, W. C., Johnson, R. N., & Kell, W. G. (2002). *Auditoria*. São Paulo: Atlas.
- Braunbeck, G. O. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo] Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/T.12.2010.tde-04112010-161444>
- Butler, H. N., & Ribstein, L. E. (2006). The Sarbanes–Oxley Debacle: How to Fix It and What We’ve Learned. *American Enterprise Institute*, March, 13, 06-15. https://www.researchgate.net/publication/228165190_The_Sarbanes-Oxley_Debacle_What_We've_Learned_How_to_Fix_it
- Candido, C. (2019). Governança corporativa: funções administrativas do conselho. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 10(2), 94-108. <https://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2019.002.0007>
- Carmona, P., Fuentes, C. de and Ruiz, C. 2016. Risk disclosure analysis in the corporate Governance Annual Report using fuzzy-set qualitative comparative analysis. *RAE - Revista de Administracao de Empresas*. 56(3), 342–352. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020160307>
- Carreira, F. J. A., Diz, M., & Heliodoro, P. (2012, 20 e 21 de setembro). Análise Económica e Financeira: O Caso das Empresas Vitivinícolas Portuguesas. *XV Encontro AECA*. Ofir, Portugal. <http://hdl.handle.net/10400.26/21072>
- Castelli, G. (2002). *Administração hoteleira*. (7.ed.). Caxias do Sul: Educs.
- Catapan, A. (2011). *Análise da relação entre a governança corporativa e o desempenho econômico-financeiro de empresas de capital aberto do Brasil*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná] Acervo Digital da UFPR. <https://hdl.handle.net/1884/35008>
- Catapan, A., Colauto, R. D., & Barros, C. M. E. (2013). A relação entre a governança corporativa e o desempenho econômico-financeiro de empresas de capital aberto do Brasil. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 16(2), 16-30. <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/467>

- Cavalcanti, C. (2007). Reducing the transaction costs of development assistance Ghana's multi-donor budget support (MDBS) experience from 2003 to 2007. *World Bank Policy Research Working Paper*, (4409). <https://hdl.handle.net/10986/7649>
- Chaney, P. K., Faccio, M., & Parsley, D. (2011). The quality of accounting information in politically connected firms. *Journal of accounting and Economics*, 51(1-2), 58-76. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.966379>
- Chiappin, M. A. (2016). *Relação entre governança corporativa e desempenho econômico-financeiro: uma análise em empresas listadas na BM&FBOVESPA*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Caxias do Sul] Repositório Institucional da UCS. <https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1378>
- Ciavattini, K. M., Flach, L., & De Mattos, L. K. (2020). Análise de viabilidade econômico-financeira para um negócio de geração de leads. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, 18(3). <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/215>
- Conselho Federal de Contabilidade – CFC. (1998). *Norma brasileira de contabilidade - NBC T 11 - Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis*. CFC.
- Conselho Federal de Contabilidade – CFC. (2016). *Norma brasileira de contabilidade - NBC TA 700 - Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis*. CFC.
- Correia, L. F., Amaral, H. F., & Louvet, P. (2014). Determinantes Da Eficiência De Conselhos De Administração De Empresas Negociadas Na Bm&Fbovespa. *Revista De Contabilidade E Organizações*, 8(21), 46-57. <https://doi.org/10.11606/rco.v8i21.63219>
- Crepaldi, S. A. (2000). *Auditoria contábil: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Cunha, P. R. da, Hillesheim, T., de Faveri, D. B., & Junior, M. M. R. (2014). Características do comitê de auditoria e o gerenciamento de resultados: um estudo nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(22), 15-25. <https://doi.org/10.11606/rco.v8i22.58500>
- Custódio, M. A., Toledo Filho, J. R. D., Tinoco, J. E. P., & Elias, P. R. (2006, 27 e 28 de julho). Caracterização da governança corporativa no Brasil e a importância da evidência nos informes contábeis. *Congresso USP de Controladoria e Contabilidade (Vol. 6)*. São Paulo, Brasil. <https://repositorio.usp.br/item/001530038>
- Dani, A. C., Kaveski, I. D. S., dos Santos, C. A., Leite, A. P. P., & da Cunha, P. R. (2017). Características do conselho de administração e o desempenho empresarial das empresas listadas no novo mercado. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(1), 29-47. <https://doi.org/10.18028/rgfc.v7i1.2603>
- Darmadi, S. (2011). Board diversity and firm performance: The Indonesian evidence. *Corporate ownership and control Journal*, 8. <https://doi.org/10.22495/cocv8i2c4p4>
- Diniz Filho, J. W. de F., & Souza, T. M. (2018). Uma análise dos impactos da governança corporativa e do comitê de auditoria no desempenho de instituições financeiras brasileiras. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, 6(24), 55-70. <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/1223>
- Drobetz, W., Schillhofer, A., & Zimmermann, H. (2004). Corporate governance and expected stock returns: Evidence from Germany. *European financial management*, 10(2), 267-293. <https://doi.org/10.1111/j.1354-7798.2004.00250.x>
- Duarte, S. (2008). *Informação S/A*. São Paulo: Saraiva.
- Escobar-Váquiro, N., Benavides-Franco, J., & Perafán-Peña, H. F. (2016). Gobierno corporativo y desempeño financiero: conceptos teóricos y evidencia empírica.

- Cuadernos de contabilidad, 17(43), 203-254. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cc17-43.gcdf>
- Fernandes, N. A. C., Oliveira Dias, W. de, & Cunha, J. V. A. da. (2010). Governança corporativa no contexto brasileiro: um estudo do desempenho das companhias listadas nos níveis da BM & FBOVESPA. *Revista organizações em contexto*, 6(11), 22-44. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/5941/governanca-corporativa-no-contexto-brasileiro--um-estudo-do-desempenho-das-companhias-listadas-nos-niveis-da-bm-fbovespa/i/pt-br>
- Ferreira, C., & Morais, A. I. (2020). Análise da relação entre características das empresas e os key audit matters divulgados. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(83), 262-274. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201909040>
- Ferreira, R. D. N. (2012). *Governança corporativa e desempenho: uma análise em empresas brasileiras de capital aberto*. [Tese de doutorado, Universidade Federal de Lavras, Lavras] Repositório Institucional da UFLA. <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/502>
- Field, A. (2009). *Discovering Statistics Using SPSS*. (3.ed.). London: Sage Publications Ltd.
- Flach, L., Kopak Castro, J., & de Mattos, L. K. (2017). Avaliação de desempenho financeiro de empresas brasileiras de energia a partir da análise fatorial e árvore de decisão. *Revista eletrônica de estratégia & negócios*, 10(1). <https://doi.org/10.19177/reen.v10e12017201-225>
- Foster, G. (1986). *Financial statement analysis*. NJ: Prentice-Hall, Englewood Cliffs.
- Franco, H., & Marra, E. (2009). *Auditoria contábil*. (4ª ed, 6. reimpr.) São Paulo: Atlas.
- Gaur, S. S., Bathula, H., & Singh, D. (2015). Ownership concentration, board characteristics and firm performance: A contingency framework. *Management Decision*, 53(5), 911-931. <https://doi.org/10.1108/MD-08-2014-0519>
- Gomes, E. D., Araújo, A. F. D., & Barboza, R. J. (2009). Auditoria: alguns aspectos a respeito de sua origem. *Revista científica eletrônica de ciências contábeis*, 7(13). <https://faef.revista.inf.br/site/a/97-auditoria-alguns-aspectos-a-respeito-de-sua-origem.html>
- Gompers, P., Ishii, J., & Metrick, A. (2003). Corporate governance and equity prices. *The quarterly journal of economics*, 118(1), 107-156. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.278920>
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*. (5.ed.). Brasil: AMGH.
- Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 405-440. [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00018-0](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00018-0)
- Hermalin, Benjamin E., and Michael S. Weisbach. (2003). "Boards of Directors as na Endogenously Determined Institution: A Survey of the Economic Literature." *Economic Policy Review*, 9 (1), 7–26. <https://ssrn.com/abstract=794804>
- IBRACON. (1998). *Normas Internacionais de Auditoria*. São Paulo: Ibracon.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). (2009). *Código das melhores práticas de governança corporativa*. (4. ed.). São Paulo: IBGC.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). (2010). *Código das melhores práticas de governança corporativa*. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. São Paulo: IBGC.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). (2015). *Código das melhores práticas de governança corporativa*. (5.ed.). São Paulo: IBGC.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency

- costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)
- Jesus Bravosi, J. de, & Santos, S. D. dos. (2013). Considerações acerca da auditoria interna e externa. *Revista Científica Semana Acadêmica*, 1(25), <https://semanaacademica.org.br/artigo/consideracoes-acerca-da-auditoria-interna-e-externa>
- Jesus Lameira, V. de, & Junior, W. L. N. (2007). Governança corporativa: impactos no valor das companhias abertas brasileiras. *Revista de Administração-RAUSP*, 42(1), 64-73. <https://doi.org/10.1590/S0080-21072007000100006>
- Jesus Silva, T. B. de, Santos, C. A. dos, & Cunha, P. R. da. (2017). Relação entre o desempenho econômico-financeiro e o relatório de auditoria dos clubes de futebol brasileiros. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(3), 177-200. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/46571/relacao-entre-o-desempenho-economico-financeiro-e-o-relatorio-de-auditoria-dos-clubes-de-futebol-brasileiros>
- Jund, S. (2007) *Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos*. (9.ed.) Rio de Janeiro: Consulex.
- Kimura, H., Kayo, E. K., Perera, L. C. J., & Kerr, R. B. (2012). Estudo da influência da governança corporativa e do ambiente institucional dos países na lucratividade das empresas. *Base : Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 9(2), 101-115. <https://doi.org/10.4013/base.2012.92.01>
- Kothari, Y. (2015). “The Hedonic Treadmill: Our Happiness Resting Point”. Recuperado de <https://yash-kothari.com/the-hedonic-treadmill-our-happiness-resting-point-74a25f22421a>
- Lamb, R. (2002). Modelagem para uma investigação da efetiva função do conselho fiscal nas sociedades por ações brasileiras. *EA/UFRGS*.
- Leal, R. P., & Oliveira, C. L. de. (2002). An evaluation of board practices in Brazil. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 2(3), 21-25. <http://dx.doi.org/10.1108/14720700210440053>
- Leland, H. E., & Pyle, D. H. (1977). Informational Asymmetries, Financial Structure, and Financial Intermediation. *The Journal of Finance*, 32(2), 371–387. <https://doi.org/10.2307/2326770>
- Lélis, D. L. M., & Pinheiro, L. E. T.. (2012). Percepção de auditores e auditados sobre as práticas de auditoria interna em uma empresa do setor energético. *Revista Contabilidade & Finanças*, 23(60), 212–222. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772012000300006>
- Lins, L. dos S. (2014). *Auditoria: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa*. São Paulo: Atlas.
- Longo, C. G. (2011). *Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras*. (2.ed.). São Paulo: Atlas.
- Louzada, L. C. (2015). *Relação entre a vantagem competitiva e o desempenho operacional da firma a partir do uso de métricas das demonstrações contábeis*. [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais] Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-A9SGGJ>
- Lyra, R. L. W. C. D. (2008). *Análise hierárquica dos indicadores contábeis sob a óptica do desempenho empresarial*. [Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/T.12.2008.tde-12012009-182631>
- Malbouisson, C., Tiryaki, G. F. (2017). *Econometria na Prática*. Brasil: Alta Books Editora.

- Marcos, M. K. (2018). *Conselho fiscal e comitê de auditoria na companhia aberta: atuação no contexto brasileiro de governança corporativa*. [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo] Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/D.2.2018.tde-25092020-170940>
- Marcos, M. K. (2018). *Conselho fiscal e comitê de auditoria na companhia aberta: atuação no contexto brasileiro de governança corporativa*. [Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/D.2.2018.tde-25092020-170940>
- Matarazzo, D. C. (2003) *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. (6.ed.). São Paulo: Atlas.
- Matias-Pereira, J. (2010). A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 2(1), 109-134. <https://doi.org/10.21118/apgs.v2i1.4015>
- Misangyi, V. F., Elms, H., Greckhamer, T., & Lepine, J. A. (2006). A new perspective on a fundamental debate: A multilevel approach to industry, corporate, and business unit effects. *Strategic Management Journal*, 27(6), 571-590. <https://doi.org/10.1002/smj.530>
- Moore, W. G., & Hodgson, D. (1993). The joint audit approach. *Internal Auditor*, 50(4), 14-17. link.gale.com/apps/doc/A14506711/AONE?u=anon~c249d6b0&sid=googleScholar&xid=d4c8cb42
- Nicoleta-Cornelia, B. S., Sorina-Geanina, M. S., Mihaela, C. D., & Rodica, D. G. (2012). Accounting and extra-accounting information-valences in meeting the financial analysis. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 62, 531-535. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2012.09.087>
- Noga, L., Ribeiro, F., & Gerigk, W. (2021). A relação entre o gerenciamento de resultados e os níveis de governança corporativa: um estudo em empresas do segmento de energia elétrica da bm&fbovespa. *Revista UNEMAT De Contabilidade*, 10(19), 145–169. <https://doi.org/10.30681/ruc.v10i19.4434>
- Oliveira, K. P. S. D. (2013). *Assimetria informacional, qualidade da informação contábil e governança corporativa: características institucionais e organizacionais no mercado de capitais brasileiro*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília/UFPB/UFRN] Repositório Institucional da UNB. <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/15452>
- Oliveira, L. M. de., & Diniz Filho, A. (1981). *Curso básico de auditoria*. São Paulo: Atlas.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2015). *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. <https://nacoesunidas.org/wpcontent/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>
- Padoveze, C. L. & Benedicto, G. C. (2010). *Análise das demonstrações financeiras* (3.ed.). São Paulo: Cen-gage Learning.
- Paula, M. G. M. A. & Goreth, M.. (1999). *Auditoria interna*. São Paulo: Atlas.
- Peixoto, F. M., Amaral, H. F., Correia, L. F., & das Neves, J. C. C. (2014). Governança Corporativa e Crises: mecanismos importantes durante ciclos econômicos distintos. *Revista De Ciências Da Administração*, 16(39) 119–133. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n39p119>
- Peleias, I. R., Segreti, J. B., & de Araújo Costa, C. (2009). Comitê de Auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras emitentes de American Depositary Receipts-ADRs. *Contabilidade*

- Vista & Revista, 20(1), 41-65.
<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/573>
- Pereira, A. N., & Costa, F. D. (2011, 4 a 7 de setembro). Determinantes do atraso em auditoria externa (audit delay) em companhias brasileiras. *Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD)*, 36.
<https://doi.org/10.21714/2177-2576EnANPAD2011>
- Pereira, J. E. A., Lemes, V. P., & Gonzales, A. (2017). Os novos desafios da contabilidade para micros e pequenas empresas: uma análise sobre as perspectivas de adaptação e a utilização da escrituração simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – ITG 1000. *Redeca, Revista Eletrônica Do Departamento De Ciências Contábeis & Departamento De Atuária E Métodos Quantitativos*, 4(1), 46–61.
<https://doi.org/10.23925/2446-9513.2017v4i1p46-61>
- Rashid, A. (2018). The influence of corporate governance practices on corporate social responsibility reporting. *Social Responsibility Journal*, 14(1), 20-39.
<https://doi.org/10.1108/SRJ-05-2016-0080>
- Renard, J., Gallois, L., Anghel, N., & Teodorescu, B. (2003). *Teoria si practica auditului intern*. Bucuresti : Ministerul Finantelor Publice.
- Ribeiro, A. C. D. S. (2016). *O papel da auditoria interna nas instituições públicas de ensino superior em Portugal continental-universidade e politécnicos*. [Dissertação de Mestrado]. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Lisboa.
<http://hdl.handle.net/10400.21/6565>
- Ribeiro, H. C. M., & dos Santos, M. C. (2015). Perfil e evolução da produção científica do tema governança corporativa nos periódicos qualis/capes nacionais: uma análise bibliométrica e de redes sociais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 18(3), 4-27.
<https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/802>
- Ribeiro, O. M., & Coelho, J. M. (2013) *Auditoria fácil: contempla as Normas Internacionais derivadas da IFAC, em vigor no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2010*. (2.ed.) São Paulo: Saraiva.
- Ribeiro, J. E., & Souza, A. A. D. (2023). Índice de governança corporativa e desempenho de mercado: evidências no mercado acionário brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 34, e1756.
<https://doi.org/10.1590/1808-057x20231756>
- Richardson, R. J. (1989). *Pesquisa social: métodos e pesquisa*. (2.ed.) São Paulo: Atlas.
- Robert, S. Pindyck, Daniel L. Rubinfeld. (2004). *Microeconomia*. (5.ed.). Brasil: Pearson Prentice Hall.
- Rosário, E. D. D. (2010). *Relação entre auditores independentes e auditados: um estudo de caso em uma entidade fechada de previdência complementar*. [Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/127038>
- Sabadin, A. L. (2006). *Análise de indicadores contábeis para avaliação de desempenho favorável: um estudo nas cooperativas do Estado do Paraná*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Regional de Blumenau]. Sistema Ocepar.
<https://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54/25-portal/downloads-biblioteca/90359-analise-de-indicadores-contabeis-para-avaliacao-de-desempenho-favoravel>
- Sammour, J. R., & Cintra, D. G. B. (2019). Auditoria externa X interna: Funções e Diferenças. *Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia-REIVA*, 2(02), 14-14.
<https://reiva.unifaj.edu.br/reiva/article/view/85>

- Santos Sant'Ana, N. L. dos. (2019). *Análise da relação entre auditoria, governança e desempenho financeiro*. [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais] Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/31412>
- Santos, E. C. dos, & Pereira, A. C. (2004). O Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis: uma abordagem sobre o parecer-padrão, atualmente em vigor no Brasil. *Revista Administração On Line – FECAP*, 5(3), 26-38. https://www.academia.edu/8016201/O_Parecer_dos_Auditores_Independentes_sobre_Demonstra%C3%A7%C3%B5es_Cont%C3%A1beis_uma_abordagem_sobre_o_parecer_padr%C3%A3o_atualmente_em_vigor_no_Brasil
- Santos, E, Santos Oliveira, N., & Conceição, M. G. (2018). Características dos Pareceres de Auditoria Independente emitidos sobre as Demonstrações Contábeis das empresas do setor agropecuário listadas na BM&F BOVESPA. *Revista de Administração e Contabilidade da FAT*, 10(2), 15-31. <https://www.reacfat.com.br/index.php/reac/article/view/158>
- Santos, F. (2011). *Auditoria contábil*. Clube de Autores.
- Santos, I. D. D., & Myszak, S. C. D. M. (2019). *A relação entre participação feminina no conselho de administração e no comitê de auditoria e o desempenho financeiro das empresas brasileiras de capital aberto*. [Dissertação de bacharel, Universidade Tecnológica Federal do Paraná]. Repositorio Institucional da UTFPR. <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/24899>
- Sbarcea, I. R. (2014). International Concerns for Evaluating and Preventing the Bank Risks—Basel I Versus Basel II Versus Basel III. *Procedia Economics and Finance*, 16, 336-341. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(14\)00811-9](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(14)00811-9)
- Senhoras, E. M., Takeuchi, K. P., & Takeuchi, K. P. (2006). A importância estratégica da governança corporativa no mercado de capitais: um estudo internacional comparado. *III Seget—Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*. https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/638_GovernancaCorporativa_Seget.pdf
- Silva Júnior, C. P. D. & Martins, O. S. (2017). Mulheres no conselho afetam o desempenho financeiro? uma análise da representação feminina nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(1). https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i1.13398
- Silva, M. Z., Sell, F. F., & Ferla, R. (2018). Relação entre características organizacionais e desempenho econômico-financeiro em organizações de saúde. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(1), 047-070. <https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/issue/view/27>
- Silva, R. C. F., Seibert, R. M., Wbatuba, B. B. R., & Macagnan, C. B. (2015). As boas práticas de governança: um estudo sobre a transparência e prestação de contas nas OSCIPs do RS. *Revista de Gestão Social e Ambiental-RGSA*, 9(3), 24-44. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v9i3.1104>
- Silva, R. L. M. da, Nardi, P. C. C., & Pimenta Júnior, T. (2012). O impacto da migração das empresas para os níveis diferenciados de governança corporativa da BM&F BOVESPA sobre o risco e o retorno de suas ações. *Revista de Administração da UFSM*, 5(2), 222-242. doi:10.5902/198346592599
- Silva, R. L. M. da, Nardi, P. C. C., Martins, V. A., & Barossi Filho, M. (2016). Os níveis de governança corporativa da BM&F BOVESPA aumentam a liquidez das ações? *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 13(3), 248-263. doi:10.4013/base.2016.133.05

- Silveira, A. (2004). *Governança corporativa e estruturada propriedade: determinantes relação com o desempenho das empresas no Brasil*. [Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/T.12.2004.tde-23012005-200501>
- Silveira, A. D. M. D. (2002). *Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil*. [Dissertação de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. <https://doi.org/10.11606/D.12.2002.tde-04122002-102056>
- Sousa, J. M. B. D. (2022). *Análise comparativa do desempenho econômico e financeiro das empresas brasileiras do setor de utilidade pública*. [Tese de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/51243>
- Souza, A. A. de, Fonseca, S. E., & Martucheli, C. (2022). Qualidade das informações contábeis, governança corporativa e desempenho financeiro: uma análise comparativa de empresas brasileiras e francesas. *Revista Catarinense Da Ciência Contábil*, 21, e3322. <https://doi.org/10.16930/2237-766220223322>
- Souza, A. B. e, Bauer, M. M., & Coletti, L. (2020). A importância da governança corporativa e do controle interno na área contábil. *Revista Gestão E Desenvolvimento*, 17(1), 148–174. <https://doi.org/10.25112/rgd.v17i1.1723>
- Tavares, V. B., & Penedo, A. S. T. (2018). Níveis de governança corporativa da B3: interesse e desempenho das empresas— uma análise por meio de redes neurais artificiais. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 21(1), 40-62. https://doi.org/10.51341/1984-3925_2018v21n1a3
- Teixeira, N. M. D., & Amaro, A. G. C. (2013). Avaliação do desempenho financeiro e da criação de valor—um estudo de caso. *Revista Universo Contábil*, 9(4), 157-178. <https://doi.org/10.4270/ruc.20139>
- Teixeira, S. A., Teixeira, E. C. B., & Teixeira, G. B. (2017, 3 a 6 de junho). Determinantes do Delay em Auditoria: Evidências Empíricas nas Empresas Brasileiras Listadas na Bmf&bovespa. *XI Congresso ANPCONT*. <https://www.anpcont.org.br/pdf/2017/MFC1010.pdf>
- Tinoco, J. E. P., Escuder, S. A. L., & Yoshitake, M. (2011). O conselho fiscal e a governança corporativa: transparência e gestão de conflitos. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 8(16), 175-202. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76222308009>
- Toigo, L. A., Hein, N., & Kroenke, A. (2018). Características predominantes dos mecanismos de governança corporativa e desempenho pós-fusões e aquisições no Brasil. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37, 85-104. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i4.37667>
- Toneti, S. (2016). *Governança corporativa e desempenho financeiro*. [Monografia de MBA, Universidade Tecnológica Federal do Paraná]. Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/19601>
- Trisciuzzi, C. R. F. (2009). *A Auditoria Interna como ferramenta de melhoria dos controles internos de uma organização: Estudo de caso em uma empresa do segmento industrial do Rio de Janeiro*. [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UERJ. <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/8173>
- Ujunwa, A. (2012). Board characteristics and the financial performance of Nigerian quoted firms. *Corporate Governance: The International Journal of Effective Board*

- Performance*, 12(5), 656-674. <http://dx.doi.org/10.1108/14720701211275587>
- Vieira, C. A. M., & Martins, O. S. (2018). Influência da estrutura do conselho de administração e do controle corporativo no turnover do CEO das empresas abertas no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(34), 181-201. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n34p181>
- Vilhena, F. A. C. de, & Camargos, M. A. (2015). Governança corporativa, criação de valor e desempenho econômico-financeiro: evidências do mercado brasileiro com dados em painel, 2005-2011. *REGE-Revista de Gestão*, 22(1), 77-96. <https://doi.org/10.5700/rege552>
- Wahba, M. (2015), "The impact of organizational structure on knowledge management processes in Egyptian context", *The Journal of Developing Areas*, 49(3), 275–292. <https://doi.org/10.1353/jda.2015.0173>
- Wernke, R. (2008) *Gestão financeira: ênfase em aplicações e casos nacionais*. São Paulo: Saraiva.
- Wild, J. J. (1996). The audit committee and earnings quality. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 11(2), 247-276. <https://doi.org/10.1177/0148558X9601100206>
- Yagui, N. T., & Nardi, P. C. C. (2021). Análise da influência do audit delay no retorno das ações e no custo da dívida de empresa brasileiras de capital aberto. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 18(46), 113-130. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2021.e72985>
- Zhang, J., & Pany, K. (2008). Current research questions on internal control over financial reporting under Sarbanes-Oxley. *The CPA Journal*, 78(2), 42. link.gale.com/apps/doc/A177274516/AONE?u=anon~857563ad&sid=sitemap&xid=12db400f